

O tema do STF de número 116 trata sobre a Direito a honorários advocatícios nas ações que visam obter expurgos inflacionários de FGTS

O tema do STF de número 116 afirma que É inconstitucional o art C da Lei introduzido pelo art da MP que veda a condenação em honorários advocatícios nas ações entre o FGTS e os titulares de contas vinculadas bem como naquelas em que figuram os respectivos representantes ou substitutos processuais